



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150408 - MG (2021/0219955-1)**

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**RECORRENTE** : GUILHERME SILVA DO NASCIMENTO (PRESO)  
**ADVOGADO** : ADRIANO AUGUSTO SOARES - MG163053  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por GUILHERME SILVA DO NASCIMENTO contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (*Habeas Corpus* n. 1.0000.21.098603-0/000).

O recorrente foi preso em flagrante pela prática em tese do crime previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006. Homologada, a prisão em flagrante foi convertida em preventiva para evitar a reiteração delitiva e, assim, garantir a ordem pública.

Sustenta a ilegalidade do encarceramento provisório, ao argumento de que encontra-se fundado em elementos genéricos, ínsitos à estrutura do tipo penal imputado, e na presunção de que, solto, voltará a praticar crimes ou a atrapalhar o curso da instrução criminal. Afirma a ausência dos pressupostos do art. 312 do Código de Processo Penal e aduz a possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Requer, liminarmente, a concessão de liberdade provisória cumulada com medidas cautelares diversas da prisão e a imediata expedição do alvará de soltura. No mérito, requer o provimento do recurso para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que:

“é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que ‘a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais

pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade’ (RHC 107.238/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/3/2019)” (AgRg no RHC n. 131.260/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 22/10/2020).

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente